



RELATÓRIO

Evento: 14ª Reunião Anual de Implementação da Declaração de Princípios para a Observação Eleitoral Internacional.

Na sua 14ª edição, a Reunião Anual de Implementação da Declaração de Princípios para a Observação Eleitoral Internacional, contemplou apresentações e discussões de metodologias para observação de processos eleitorais e promoveu o compartilhamento de experiências em matéria eleitoral entre as organizações internacionais presentes.

Assim, fui convidado pelo Escritório de Instituições Democráticas e Direitos Humanos da Organização para Segurança e Cooperação na Europa (ODIHR) à participar como representante do Observatório da Democracia do Parlamento do MERCOSUL e na condição de vice-presidente pela delegação brasileira.

A reunião possibilitou a troca de informações e opiniões sobre os processos de acompanhamento e observação eleitoral que o Parlamento do MERCOSUL realizou no ano de 2019. Foi uma oportunidade útil em que pude compartilhar nossas experiências e examinar novas ferramentas que outras organizações internacionais estão utilizando para observar eleições em todo o mundo.

Deputado Arlindo Chinaglia PT/SP

ATIVIDADES

Chegada a Varsóvia, Polônia, na tarde de terça-feira, dia 19 de novembro de 2019.

20 de novembro – quarta-feira:

8h30 - Recepção e credenciamento

Recepção e credenciamento. O evento ocorreu na *Sokolnicki Fort Arts Center*, um forte do século XIX que faz parte da Cidadela de Varsóvia e que compreende uma rede circular de fortificações ao redor de cidade.

9h30 - Abertura da 14ª Reunião de Implementação da Declaração de Princípios da Observação Internacional de Eleições

Participação da cerimônia de abertura da 14ª Reunião de Implementação da Declaração de Princípios da Observação Internacional de Eleições, quando todos os presentes receberam às boas-vindas dos senhores **Ingibjörg Sólrún Gísladóttir**, Diretor do Escritório de Instituições Democráticas e Direitos Humanos da Organização para Segurança e Cooperação na Europa (ODIHR), **Paweł Mariusz Rabiej**, Primeiro Vice-prefeito de Varsóvia e **Alexander Shlyk**, Chefe do Departamento Eleitoral do ODIHR.

10h30 - Painel de alto nível: novas tendências em eleições e como observá-las





Após às boas-vindas, a atividade seguinte foi moderada pelo Sr. **Ingibjörg Sólrún Gísladóttir**, Diretor do ODIHR, com palestras das Sras. **Dame Audrey Glover**, Ex-diretora e Chefe das Missões de Observação Eleitoral (MOEs) do ODIHR, **Anne Brasseur**, Ex-presidente da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa e Ex-membro da Câmara dos Deputados de Luxemburgo, Sr. **Ilze Brands-Kehris**, Membro do Comitê de Direitos Humanos das Nações Unidas e Sr. **David Kaye**, Relator Especial das Nações Unidas para a promoção e proteção dos direitos à liberdade de opinião e expressão.

13h45 - Sessão 1: Acompanhamento das recomendações e assistência pré-eleitoral

A partir desse horário ocorreu a primeira sessão, sendo moderada pela Sra. **Hannah Roberts**, Especialista Independente Eleitoral, com palestras do Sr. **Hassan Sesay**, Líder da equipe de parcerias estratégicas da Divisão de Assistência Eleitoral das Nações Unidas (UN), Sra. **Tres-Ann Kremer**, Conselheira e Chefe do Escritório para a Paz da Secretaria da Commonwealth, Sr. **Dennis Kadima**, Diretor Executivo do Instituto Eleitoral para Democracia Sustentável na África (EISA) e apresentação de estudos de caso da Sra. **Khabele Matlosa**, Diretora de Assuntos Políticos da União Africana (UA), Sr. **Alexey Gromov**, Conselheiro Sênior de Eleições do ODIHR, Sr. **Gerardo de Icaza**, Diretor do Departamento de Cooperação Eleitoral e Observação da Organização dos Estados Americanos (OEA) e Sra. **Isabel Martinho**, Vice-chefe da Divisão de Democracia e Observação Eleitoral, do Serviço Europeu para a Ação Externa (SEAE).

Esta sessão buscou discutir as condições e os impactos de assistência técnica aos processos eleitorais mediante convite e/ou solicitação por parte dos Estados. Durante as discussões foram compartilhadas experiências e boas práticas por meio de estudos de casos. Temas como assistência pré-eleitoral, mecanismos de avaliação eleitoral, assistência técnica e acompanhamento de recomendações pós-eleitorais, foram debatidos exaustivamente. Por fim, analisou-se ainda as implicações geradas a partir dos informes pós-eleitorais apresentados na conclusão das missões de observação eleitoral, foram analisados os efeitos positivos e cumulativos por meio de recomendações.

16h45 - Sessão 2: Participação eleitoral de pessoas com deficiência

A seguir, ocorreu nova sessão mediada pela Sra. **Beata Martin-Rozumilowicz**, Diretora para a Europa e Eurásia da Fundação Internacional para Sistemas Eleitorais (IFES) e com palestras da Sra. **Catalina Devandas Aquilar**, Relatora Especial da ONU para os Direitos das Pessoas com deficiências e Sr. **Alexander Shlyk**, Chefe do Departamento Eleitoral do ODIHR.

Nesta sessão foram discutidos temas relacionados aos direitos de pessoas com deficiência na participação da vida pública. Isso inclui o direito ao voto, o direito de ser eleito e o direito de participar de todos os outros aspectos da política, incluindo a observação de processos eleitorais. Foi possível compreender a partir das discussões, os esforços realizados na observação eleitoral por autoridades dos Estados, pela comunidade internacional e pela sociedade civil. No entanto, à medida que o trabalho evolui, é possível perceber que ainda existem limitações estruturais e regulatórias.

21 de novembro – quinta-feira:





09h00 - Sessão 3: Tecnologia nas Eleições

Nesta sessão a mediação foi realizada pelo Sr. **Pat Merloe**, Associado Sênior e Diretor de Programas Eleitorais do Instituto Democrático Nacional (NDI), e contou com a presença dos palestrantes; Professor **Chris Marsden**, Diretor do Centro de Informações da Universidade de Sussex, Sr. **Peter Wolf**, Gerente de Serviços Técnicos de Processos Eleitorais e Programas de Constituição, da IDEA Internacional, Sr. **Riccardo Chelleri**, Diretor de Políticas do SEAE e Sra. **Beata Martin-Rozumilowicz**, Diretora para a Europa e Eurásia, do IFES.

Foram debatidos temas referentes à credibilidade na utilização de novas tecnologias em processos eleitorais. A discussão partiu da introdução de tecnologias da informação e comunicação (TIC) em áreas como registro de eleitores, votação e transmissão de resultados. A rigor, foi possível perceber o desafio da inclusão das TIC com os princípios fundamentais que norteiam um processo eleitoral: transparência, inclusão e responsabilidade. Durante os debates, foi evidenciada que a introdução das TIC pode afetar potencialmente esses princípios-chave, a confidencialidade e a precisão dos dados no processo eleitoral devem ser preservados e protegidos. Portanto, a introdução consensual e cautelosa das TIC devem ser considerados para permitir a construção da confiança pública e, ao mesmo tempo, evitar qualquer conflito potencial para a realização de eleições credíveis.

10h45 - Sessão 4: Redes sociais

A seguir, ocorreu nova sessão agora mediada pelo Sr. **Patrick Costello**, Chefe da Divisão de Democracia e Observação Eleitoral da SEAE, com a presença dos palestrantes; Sr. **Rafael Schmuziger Goldzweig**, Coordenador de Pesquisa do Relatório de Democracia Internacional (DRI), Sr. **David Carroll**, Diretor do Programa Democracia do Centro Carter, e Sra. **Khabele Matlosa**, Diretora de Assuntos Políticos da UA.

Esta sessão buscou examinar o uso de plataformas on-line para o engajamento eleitoral. Nas discussões, foram apresentados dados de crescimento exponencial com efeitos positivos e negativos em discursos políticos. O debate sobre governança da internet foi historicamente centrado no respeito pelos direitos da liberdade de expressão e de opinião sobre plataformas sociais. No entanto, eles também ofereceram oportunidades para o desenvolvimento de uma série de ameaças reais ou potenciais à integridade dos processos eleitorais e a capacidade dos eleitores em fazer uma escolha livre de interferências manipulativas. Essas ameaças reviveram o debate sobre os limites da liberdade de expressão e opinião quando se trata de discursos de ódio e desinformação. Juntamente com essas preocupações, a governança e a responsabilidade das plataformas sociais tornaram-se progressivamente outras questões-chave da discussão global relacionadas à governança da internet.

14h00 - Painel de apresentação de novas ferramentas para processos eleitorais

Neste painel foram apresentadas novos estudos e novas ferramentas para processos eleitorais, nelas participaram;

- Centro de Informações da Universidade de Sussex, com apresentação do “**Guia Eleitoral de Cibersegurança**”;





- Organização dos Estados Americanos (OEA), com apresentação do “**Guia para garantir a liberdade de expressão em matéria de desinformação deliberada nas eleições**”, além do “**Guia de conhecimento em mídia e segurança digital: práticas recomendadas para o Twitter**”;
- Fundação para a Democracia de Westminster, com apresentação dos resultados do “**Projeto de pesquisa sobre a implementação das recomendações de observação eleitoral na África Subsaariana**”;
- Serviço Europeu para a Ação Externa (SEAE), com apresentação do “**Banco de Dados de Recomendações Eleitorais**”;
- Escritório de Instituições Democráticas e Direitos Humanos da Organização para Segurança e Cooperação na Europa (ODIHR), com apresentação do “**Banco de dados de acompanhamento das recomendações eleitorais**”, além do “**Manual de Observação da Resolução de Disputas Eleitorais**”.

14h00 - Sessão 5: Justiça Eleitoral e Resolução de Disputas

Após o painel de apresentação de novas ferramentas para processos eleitorais, a Sra. **Ana Rusu**, Assessora Sênior de Eleições do ODIHR, moderou a sessão que teve como palestrantes; o Sr. **Gerardo de Icaza**, Diretor do Departamento de Cooperação Eleitoral e Observação da OEA, Sr. **Pierre Garrone**, Chefe da Divisão de Eleições e Partidos Políticos, do Conselho da Europa e Sr. **Oliver Joseph**, Assessor do Programa Associado da IDEA Internacional.

Foram debatidos temas relacionados a credibilidade do judiciário em processos eleitorais. A desconfiança e percepção pública negativa dos resultados das eleições em muitos países aumentaram e podem, às vezes, estar ligadas à falta de confiança nas instituições de justiça. A independência destas instituições permanece frágil à medida da politização dos tribunais. Isto, juntamente com um déficit de capacidade e legislação inadequada. Assim, é evidente a necessidade de reavaliação de métodos e processos na esfera da justiça eleitoral, com especial atenção à independência e imparcialidade das instituições, garantias do devido processo legal, além dos desafios colocados pelo julgamento de disputas relacionadas a eleições onde novas tecnologias são utilizadas.

16h00 - Sessão 6: Observação pela Sociedade Civil Organizada

Finalmente houve a sessão moderada pela Sra. **Ilona Tip**, Diretora de Operações da EISA, com palestra dos Srs. **Anubhav Ajeet**, Diretor Executivo do Centro de Recursos para Democracia do Nepal, Sr. **Alexander Pommer**, Oficial Sênior de Programa, Processo Eleitoral e Político da NDI, Sra. **Olga Aivazovska**, Presidente do Conselho e Rede Cívica (OPORA) da Ucrânia e Sr. **Joe Keyrouz**, Gerente de Advocacia e Campanhas da Associação Libanesa para Eleições Democráticas.

Esta sessão analisou as oportunidades de colaboração atuais e futuras entre organizações internacionais e sociedade civil organizada, visando o fortalecimento de missões de acompanhamento e observação eleitoral. A partir das discussões, foi possível perceber o número crescente de países, organizações civis - e em alguns casos, organizações internacionais - no enfrentamento de restrições legais e/ou práticas que dificultam ou impedem esforços das atividades de acompanhamento e observação eleitoral. Assim, é cada vez mais necessário, políticas de inclusão e apoio nas atividades desenvolvidas e/ou compartilhadas por





organizações da sociedade civil, integrando-as na comunidade internacional de observação eleitoral.



22 de novembro – sexta-feira:

10h00 - Reunião com o Embaixador brasileiro em Varsóvia, Sr. Hadil da Rocha Vianna.

Relatei ao Embaixador, que na sua 14ª edição, o evento proporcionou um interessante intercâmbio em matéria eleitoral. De maneira oportuna, foram apresentadas novas ferramentas e abordagens que as diversas organizações internacionais presentes utilizam. Ao fim, também fiz um breve relato das atividades que competem ao Observatório da Democracia, instituto que represento na condição de Vice-presidente na Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul.

Retorno a São Paulo, Brasil, na tarde de sexta-feira, 22 de novembro de 2019.

